agriculturas diversas estão sujeitas a realizar a valorização de seus ativos, a fim de se determinar o valor justo dos mesmos, baseando-se no conceito de valor a mercado “Mark to market - MtM”. - 3.9.IMOBILIZADO - Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. - O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. - Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil líquido do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado. – Depreciação - Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. - Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. - As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativos estão descritas na nota explicativa n°8 - 3.10.REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Companhia não identificou nenhum ativo com redução no seu valor recuperável. - 3.11. DEBENTURES A PAGAR - São inicialmente reconhecidas, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido *("pro rata temporis").*- 3.12. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS (CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES) - Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. - Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações monetárias ou cambiais incorridos e dos ajustes a valor presente. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. - Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. - 3.13. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, para as demandas judiciais em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. - 3.14. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS - A Companhia não possui benefícios pós-emprego, tais como, planos de contribuição e/ou benefícios definidos. - 3.15.RECONHECIMENTO DE RECEITAS - A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável e, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. - 3.16.RESULTADO POR AÇÃO - O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e o total de ações ordinárias e preferenciais existentes ao término do exercício. - 3.17.DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO - Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos, descritos na nota explicativa de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àqueles ativos ou passivos. - ADOÇÃO INICIAL DAS ALTERAÇÕES DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL - Com a promulgação da Lei nº 11.638/07 e a edição da Medida Provisória nº 449/08, foram alterados, revogados e introduzidos dispositivos na Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV da Lei nº 6.404/76 sobre matéria contábil, em vigência a partir do encerramento das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e aplicáveis a todas as companhias constituídas na forma de sociedades anônimas, incluindo companhias de capital aberto e sociedades de grande porte. - Essas alterações têm como objetivo principal atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de harmonização das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pelos órgãos reguladores e pela CVM em consonância com as IFRS. - Adicionalmente, em decorrência da promulgação das referidas Lei e Medida Provisória, durante o ano de 2008 foram editados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC diversos pronunciamentos contábeis com aplicação obrigatória para o encerramento das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008. - Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 13, a Companhia está adotando pela primeira vez a Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória nº 449/08 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008. A Administração optou por elaborar o balanço patrimonial de transição em 1º de janeiro de 2008. Dessa forma, todos os ajustes com impacto no resultado foram avaliados na data de transição, sem efeitos retrospectivos sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2007. - As seguintes práticas contábeis adotadas pela Companhia foram modificadas em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007: - Em atendimento à Deliberação CVM nº 527, de 7 de novembro de 2007, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 1, a Administração avaliou as evidências de que seus ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior ao passível de ser recuperado por uso ou venda, isto é, por valor não recuperável no futuro. Nesses casos, a Companhia deverá reconhecer imediatamente uma desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas; - Em atendimento à Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 3, substituiu-se nas demonstrações contábeis a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa; - Em atendimento à Deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 4, a Companhia optou por baixar os gastos pré-operacionais no montante de R$19.464 que haviam sido capitalizados até 31 de dezembro de 2007. •Em atendimento à Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 5, a Companhia elaborou a nota explicativa nº 7, de Partes Relacionadas, de acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação; •Em atendimento à Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 9, optou-se por apresentar a Demonstração do Valor Adicionado no conjunto das demonstrações contábeis; •Em atendimento à Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 12, os elementos integrantes do ativo e passivo decorrentes de operações de longo prazo (e de curto prazo quando houveram efeitos relevantes), foram objeto de avaliação por parte da Administração da Companhia para apurar possíveis efeitos de ajuste a valor presente. A administração da Companhia concluiu que não ocorreram efeitos relevantes de ajuste a volor presente para serem ajustados nas Demonstraçõe Financeiras.•Em atendimento à Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, a Companhia deixou de segregar os resultados em Operacionais e Não-operacionais. Dessa forma, o resultado da alienação de ativo imobilizado foi classificado em “outras receitas (despesas), líquidas”. Dessa forma, o único ajuste decorrente das mudanças nas práticas contábeis trazidas pela nova legislação foi a reclassificação para Lucros e Prejuízos Acumulados das despesas pré-operacionais ocorridas até 31 de dezembro de 2007, no montante de R$19.464.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2008 (Reapresentado)	2007
Banco conta movimento	3	3
Total caixa de equivalentes de caixa	3	3

5.ESTOQUES - O saldo de R$1.815 (R$1.628 em 2008) é repres.integralmente por estoq.de gado bovino. Em 31/DEZ/2008, a Cia.possuía um total de 9.116 cabeças de gado distrib.da seguinte forma:

	Quant. de gado em 31/12/2008
Fêmeas reprodutoras	3.980
Machos reprodutores	232
Fêmeas não reprodutoras	3.127
Machos não reprodutores	1.777
Quantidade total de gado	9.116

6.PARTES RELACIONADAS - O saldo de R$248 apresentado no ativo não circulante refere-se à movimentações financeiras efetuadas entre a Companhia e seu acionista controlador, formalizada nos termos de contratos de mútuo na modalidade de conta corrente, com prazo de vencimento indeterminado, e corrigido monetariamente pela taxa selic. Adicionalmente, a Companhia mantêm transações comerciais junto a seu acionista controlador e empresas a ele relacionada, por meio da venda de gado realizadas a preços e condições usuais de mercado, quando existentes. Durante o exercício de 2008, o total de receitas auferidas com partes relacinadas foi R$711. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 não foram registradas quaisquer provisões para créditos de liquidação duvidosa, assim como não foram reconhecidas quaisquer despesas de dívidas incobráveis relacionadas às transações com partes relacionadas.

07 IMOBILIZADO:

a)Composição: Item	Tx deprecia. %	Custo	Depr. acumulada	Net 2008 (Reapresentado)	Net 2007
Pastagens formadas	10	4.652	(1.207)	3.445	3.908
Constr.e benfeit.não reprod.	6%	2.480	(980)	1.500	1.642
Terras	-	705	-	705	705
Máquinas e equipamentos	10	137	(61)	76	79
Móveis e utensilhos	10	10	(5)	5	6
Veículos e tratores	20	587	(516)	71	89
Total imobilizado		8.571	-2.769	5.802	6.429

b)Movimentação sumária do ativo imobilizado	Pastagens formadas	Constr/benf. não reprodutivas	Terras	Máq. e equip,	Móveis e utens.	Veíc. e trator.
Saldo em 31/DEZ/2007	3.908	1.642	705	79	6	89
Adições	-	5	-	11	-	24
Depreciação	(463)	(147)	-	(14)	(1)	(42)
Saldo em 31/DEZ/2008	3.445	1.500	705	76	5	71

Imprensa Oficial do Estado
Secretaria Especial de Estado de Gestão
GOVERNO DO PARÁ
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE